

SPDM - Associação Paulista para o Desenvolvimento da Medicina Centro Especializado da Assistência Farmacêutica - CEFAP Vila Mariana

CNPJ : 61.699.567/0051-51

Nota da Administração



Em complemento às Demonstrações Contábeis Consolidadas da SPDM - Associação Paulista Para o Desenvolvimento Da Medicina, estamos publicando as Demonstrações Contábeis individuais da Unidade Gerenciada: **SPDM - Centro Especializado da Assistência Farmacêutica - CEFAP Vila Mariana.**

As Atas de Reuniões com o Parecer sobre a aprovação das contas e demonstrativos contábeis emitidos pelo Conselho Fiscal da SPDM, Assembleia Geral de Associados da SPDM e Parecer de Auditoria Independente, serão publicados em conjunto com as Demonstrações Contábeis Consolidadas da SPDM, até 30 de Abril de 2020. São Paulo, 28 de Fevereiro de 2020. **Prof. Dr. Ronaldo Ramos Laranjeira - Diretor-Presidente da SPDM.**

Comparativo dos Balanços Patrimoniais Exercícios encerrados em 31 de Dezembro

Ativo	2019	2018	Passivo	2019	2018
Ativo Circulante	25.029.061,32	30.329.444,73	Passivo Circulante	25.029.061,32	30.329.444,73
Caixa e Equivalentes de Caixa (Nota 3.1)	735,33	1.005.375,36	Fornecedores (Nota 3.9)	36.296,26	27.047,10
Bancos conta movimento (Nota 3.1)	41,99	785,59	Serviços de Terceiros	-	-
Aplicações Financeiras (Nota 3.2)	693,34	1.004.589,77	P. Física/Jurídica (Nota 3.10)	524.163,26	153.937,65
Contas a Receber (Nota 3.3)	5.891.186,67	13.029.025,88	Salários a pagar (Nota 3.11)	203.758,77	180.559,74
Valor a Receber - Secretaria de Estado da Saúde (Nota 3.3.1)	3.015.208,36	9.648.661,12	Contribuições a recolher (Nota 3.12)	48.429,64	45.659,60
Valor Estimado - Rescisão de Contrato (Nota 3.7)	-	504.386,45	Provisão de férias (Nota 3.13)	330.767,58	296.218,80
Valores em Negociação - Convênio (Nota 3.3.2)	2.875.978,31	2.875.978,31	Provisão de FGTS sobre férias (Nota 3.13)	26.357,86	23.461,48
Outros Créditos (Nota 3.4)	399.321,39	61.762,29	Provisão de PIS sobre férias (Nota 3.13)	-	2.962,16
Adiantamentos a fornecedores	26.876,02	22.796,85	Estimativa de Rescisão Contratual (Nota 3.7)	-	504.386,45
Antecipações salariais (Nota 3.4.1)	1.106,59	1.558,65	Empréstimo a funcionário	-	-
Antecipação de férias (Nota 3.4.2)	31.338,78	36.262,51	Lei 10820/03 (Nota 3.16)	10.965,88	6.356,67
Depósito Judicial (Nota 3.4.4)	-	1.144,28	Impostos a recolher (Nota 3.14)	56.508,14	47.510,06
Outros créditos e adiantamentos (Nota 3.4.3)	340.000,00	-	Obrigações Tributárias (Nota 3.15)	21.140,71	20.699,73
Despesas Pagas Antecipadamente (Nota 3.5)	12.026,95	12.634,25	Outras contas a pagar (Nota 3.17)	108.283,38	3.803,42
Prêmios de seguros e outros a vencer	12.026,95	12.634,25	Estrutura SPDM	13.368,84	5.052,32
Estoques (Nota 3.6)	18.725.790,98	16.220.646,95	Convênios públicos a realizar (Nota 3.18)	4.983.844,40	12.849.309,29
Materiais de Nutrição	4.585,18	2.555,83	Obrigações com Materiais de Terceiros (Nota 3.6.1)	18.665.176,60	16.162.480,26
Materiais de Farmácia	583,20	622,92	Passivo Não Circulante	1.006.104,18	93.305,82
Materiais de Almoarifado	55.446,00	54.987,94	Obrigações - Bens Móveis de Terceiros (Nota 3.8)	576.605,70	563.042,29
Operação com Materiais de Terceiros (Nota 3.6.1)	18.665.176,60	16.162.480,26	Ajustes vida útil econômica-Bens Móvel de Terceiros (Nota 3.8.1)	(335.254,69)	(469.736,47)
Ativo Não Circulante	1.006.104,18	93.305,82	Estimativa de Rescisão Contratual (Nota 3.7)	764.753,17	-
Ativo Realizável a Longo Prazo	764.753,17	-	Patrimônio Líquido (Nota 5)	-	-
Valor Estimado - Rescisão de Contrato (Nota 3.7)	764.753,17	-	Resultado do Exercício (Nota 6)	-	-
Ativo Imobilizado - Bens de Terceiros (Nota 3.8)	241.351,01	93.305,82	Total do Passivo	26.035.165,50	30.422.750,55
Bens Móveis (Nota 3.8)	576.605,70	563.042,29	Comparativo da Demonstração do Valor Adicionado		
Ajuste vida útil - bens terceiros (Nota 3.8.1)	(335.254,69)	(469.736,47)	Exercícios encerrados em 31 de Dezembro - Valores em Reais		
Total do Ativo	26.035.165,60	30.422.750,55	2019	2018	2017

Descrição	Dez /2019	Dez /2018
Fluxos de Caixa das atividades operacionais		
Superávit/ Déficit do exercício/ período	-	-
Ajustes p/Conciliar o resultado às disponibilidades geradas pelas atividades operacionais		
Depreciação e amortização	-	-
Resultado na venda/baixas de ativos imobilizado	-	-
Ajuste nas contas do Patrimônio	-	-
Variações nos ativos e passivos		
(Aumento) Redução em contas a receber	7.137.839,21	155.498,91
(Aumento) Redução outros créditos	(1.102.312,27)	7.582.713,83
(Aumento) Redução de despesas antecipadas	607,3	290,34
(Aumento) Redução em estoques	(2.447,69)	20.008,46
Aumento (Redução) em fornecedores	379.474,77	(175.340,22)
Aumento (Redução) nas doações e subvenções/Convênio	(7.100.711,72)	(6.796.973,57)
Aumento (Redução) em contas a pagar e provisões	(317.089,63)	143.993,33
Aumento (Redução) de Bens de Terceiros	148.045,19	(90.275,07)
Caixa líquido consumido pelas atividades operacionais	(856.594,84)	839.916,01
Fluxos de caixa das atividades de investimentos		
(+) Recebimento pela venda de ativo imobilizado	-	-
(-) Aquisições de Imobilizado	-	-
(-) Adição de Bens de Terceiros	(148.045,19)	90.275,07
(-) Adição de Bens Intangíveis	-	-
Caixa líquido consumido pelas atividades de investimentos	(148.045,19)	90.275,07
Fluxos de caixa das atividades de financiamento		
Captação de Empréstimos e financiamentos	-	-
(-) Pagamento de empréstimos e financiamentos	-	-
Juros Pagos por empréstimos	-	-
Caixa líquido consumido pelas atividades de financiamentos	-	-
Aumento (Redução) no Caixa e Equivalentes de Caixa	(1.004.640,03)	930.191,08
Saldo Inicial de Caixa e Equivalente	1.005.375,36	75.184,28
Saldo Final de Caixa e Equivalente	735,33	1.005.375,36

Comparativo das Demonstrações dos Fluxos de Caixa Exercícios encerrados em 31 de Dezembro - Valores em Reais

Descrição	Dez /2019	Dez /2018
1 - Receitas	9.120.851,95	7.890.455,04
1.1) Prestação de serviços	7.891.601,93	6.824.421,57
1.2) Outras Receitas	331,78	-
1.3) Isenção usufruída sobre contribuições	1.228.918,24	1.066.033,47
2 - Insumos Adquiridos de Terceiros (inclui ICMS ICMS e IPI)	1.994.511,11	1.842.391,35
2.1) Custo das mercadorias utilizadas nas prestações	108.883,37	86.217,59
2.2) Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	1.800.464,28	1.654.323,80
2.3) Perda/ Recuperação de valores ativos	13.563,41	21.607,41
2.4) Outros	71.600,05	80.242,55
3 - Valor Adicionado Bruto (1-2)	7.126.340,84	6.048.063,69
4 - Valor Adicionado Líquido Produzido Pela Entidade	7.126.340,84	6.048.063,69
5 - Valor Adicionado Recebido em Transferência	-	65,33
5.1) Receitas financeiras	-	65,33
6 - Valor Adicionado Total (4+5)	7.126.340,84	6.048.129,02
7 - Distribuição do Valor Adicionado	7.126.340,84	6.048.129,02
7.1) Pessoal e encargos	4.633.270,81	4.000.449,87
7.2) Impostos, taxas e contribuições	98.115,91	85.340,35
7.3) Juros	99,17	-
7.4) Aluguéis	1.165.936,71	896.305,33
7.5) Isenção usufruída sobre contribuições	1.228.918,24	1.066.033,47

Resolução nº 1.374/11 que deu nova redação à NBC TG que trata da Estrutura Conceitual para a Elaboração e Apresentação das Demonstrações Contábeis, Resolução No. 1.376/11 (NBC TG 26), que trata da Apresentação das Demonstrações Contábeis, Deliberações da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e outras Normas emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) aplicável às Entidades sem Fins Lucrativos, e Resolução CFC nº 1.409/12 que aprovou a ITG 2002 (R1) - Entidades sem Finalidade de Lucros a qual estabelece critérios e procedimentos específicos de avaliação, de reconhecimento das transações e variações patrimoniais, de estruturação das demonstrações contábeis e as informações mínimas a serem divulgadas em notas explicativas de entidade sem finalidade de lucros. **2.1 - Formalidade da Escrituração Contábil - Resolução 1.330/11 (NBC ITG 2000):** As demonstrações contábeis, incluindo as notas explicativas, elaboradas por disposições legais e estatutárias, são transcritas no livro "Diário" da Entidade, e posteriormente registradas no Cartório de Registros de Pessoas Jurídicas. Com a publicação da portaria 1.420 de 19 de dezembro de 2.013 pela RFB, algumas alterações foram introduzidas com relação ao livro diário que passou a ser exigido em formato digital e a forma de arquivamento pelo cartório de registros. A documentação contábil da Entidade é composta por todos os documentos, livros, papéis, registros e outras peças, que apoiam ou compõem a escrituração contábil. **2.2 - Nome Empresarial, Endereço e CNPJ da Unidade Gerenciada: SPDM - Associação Paulista para o Desenvolvimento da Medicina - Centro Especializado da Assistência Farmacêutica - CEFAP Vila Mariana - Av. Doutor Altino Arantes, 1.344 - Vila Clementino - São Paulo - SP CEP 04042-005 - CNPJ n.º 61.699.567/0051-51. **3 - Principais Práticas Contábeis Utilizadas na Elaboração das Demonstrações:** Em todas as suas unidades os registros contábeis são realizados da maneira estabelecida pela matriz e são acatadas todas suas orientações. Face aos inúmeros conceitos aplicados quando da escrituração dos atos e fatos administrativos que deram origem aos Livros Diários, Razões e outros, divulgamos aqueles os quais julgamos mais relevantes conforme estabelece a resolução 1.409/12 (ITG 2002.) e suas alterações. O plano de contas adotado atende aos requisitos da Lei 11.638/2007. Segundo o manual do CFC, o plano de contas consiste em um conjunto de títulos, apresentados de forma coordenada e sistematizada, previamente definidos, nele traduzida a estrutura das contas a serem utilizadas de maneira uniforme para representar o estado patrimonial da entidade, e de suas variações, em um determinado período. Nesse sentido a função e o funcionamento das contas serão utilizados conforme a codificação do plano de contas. **3.1 - Caixa e Equivalentes de Caixa:** Conforme determina a Resolução do CFC nº 1.296/10 (NBC - TG 03) - Demonstração do Fluxo de Caixa e Resolução do CFC nº 1.376/11 (NBC - TG 26) - Apresentação Demonstrações Contábeis, os valores contabilizados neste subgrupo representam os recursos em moeda em caixa e depósitos à vista em conta bancária, bem como recursos que possuem as mesmas características de liquidez de caixa e de disponibilidade imediata ou até 90 (noventa) dias.**

Tipo de Recurso	Vencidos	A Vencer	Saldo em 31.12.2019
Custeio - Convênio 77/2016	1.269.562,04	-	1.269.562,04
Custeio - Convênio 778/2016	-	1.745.646,32	1.745.646,32
Total a Receber	1.269.562,04	1.745.646,32	3.015.208,36

3.3.2 - Valores em Negociação - Convênio: Por conta do modelo de gestão das organizações sociais de saúde, a instituição se valeu da Resolução CFC nº 1.409/12 (ITG 2002-R1) Item 17 e 27(d), para registrar valores que serão restituídos ou compensados pelo órgão contratante até o final do contrato/convênio, a título de reequilíbrio econômico da instituição. A instituição não se limita apenas ao reconhecimento de valores a receber que representam o objeto principal da entidade, mas a outras transações que são normais e inerentes à sua atividade, utilizando-se da Prevalência da Essência sobre a Forma. Os valores registrados nesta conta em 31.12.2019 representam o montante de R\$ 2.875.978,31. **3.4 - Outros Créditos:** São as contas a receber que não se enquadram nos grupos de contas anteriores, sendo contas a curto prazo normalmente não relacionadas com o objeto principal da instituição. **3.4.1 - Adiantamento a Fornecedores:** Referem-se a valores pagos no mês corrente a fornecedores relativos a benefícios como vale transporte, e vale alimentação, os quais serão disponibilizados aos colaboradores somente no mês subsequente. O saldo em 2019 foi de R\$ 26.876,02. **3.4.2 - Antecipação Salarial:** Os valores registrados nesta conta representam antecipações realizadas a títulos rescisórios ou por força da legislação trabalhista (CLT). **3.4.3 - Antecipação de Férias:** A Instituição efetua antecipação de férias conforme prevê a legislação Trabalhista (CLT), em seu artigo, Art. 145. O pagamento da remuneração das férias e, se for o caso, o do abono referido no art. 143 serão efetuados até 2 (dois) dias antes do início do respectivo período. **3.4.4 - Outros créditos e adiantamentos:** Representam valores a títulos de créditos que não se enquadram em grupos anteriores, relativo a contas de curto prazo, assim como as demais contas do Ativo Circulante, tais adiantamentos são efetuados de modo a garantir a manutenção da rede assistencial da unidade gerenciada. **3.4.5 - Depósito Judicial:** Representam recursos financeiros à disposição do Juízo, para discussões de ações cíveis, tributárias e trabalhistas. **3.5 - Despesas Pagas Antecipadamente:** Representam valores cujos benefícios serão usufruídos também no decorrer do exercício principalmente, respeitando o Princípio da Competência. Para atender medidas preventivas adotadas permanentemente, a unidade gerenciada efetua contratação de seguros, em valores considerados suficientes para cobertura de eventuais sinistros, e assim atendendo principalmente o Princípio Contábil de Continuidade. Os valores segurados são definidos em função do valor de mercado ou do valor do bem novo, conforme o caso. **3.6 - Estoques:** Os estoques foram avaliados pelo custo médio de aquisição. Os valores de estoques contabilizados não excedem os valores de mercado e referem-se aos produtos e materiais de conservação e consumo, higiene e gêneros alimentícios. Conforme se demonstra abaixo, o valor total escriturado em estoques no exercício de 2.019 é de R\$ 60.619,43.

Tipo	31.12.2019	31.12.2018
Materiais de Nutrição	4.585,18	2.555,83
Materiais de Farmácia	583,20	622,92
Materiais de Almoarifado	55.446,00	54.987,94
Materiais de Terceiros	18.665.176,60	16.162.480,26
Total	18.725.790,98	16.220.646,95

3.6.1 - Estoques de Terceiros: É composto exclusivamente por medicamentos fornecidos mensalmente a unidade gerenciada através da Secretaria da Saúde do Estado de São Paulo para armazenamento e dispensação, a fim de que seja executado o objeto do Convênio firmado entre as partes. Esses medicamentos são mantidos nos estoques de maneira segregada, com controle interno específico e integram o rol de itens de terceiros em nosso poder. No exercício de 2019 esses medicamentos correspondem ao valor de R\$ 18.665.176,60 (Conforme evidenciado no quadro acima). **3.7 - Estimativas de Rescisão Contratual:** A entidade entendeu por bem realizar uma estimativa de rescisão contratual, em contas de ativo e passivo, em caso de rescisão unilateral dor parte do órgão público contratante. Devido a sua relevância, a estimativa leva em consideração os valores para rescisão do contrato de trabalho coletivo, se devidos fossem, em 31.12.2019, para fins de recolhimento de FGTS (50% MULTA) e aviso prévio indenizado, conforme quadro abaixo: **Estimativas de Rescisão Contratual**

Tipo	Saldo em 31.12.2019
Aviso Prévio Indenizado	R\$ 424.183,42
Multa 50% FGTS	R\$ 340.569,75
Total	R\$ 764.753,17

continua >

▶ **continuação 3.8 - Imobilizado - Bens de Terceiros:** O imobilizado de uso da unidade gerenciada CEAF - Vila Mariana é composto por bens de terceiros, fruto de aquisição realizada com recursos de convênios para os quais possuímos documentação de cessão de uso sendo classificados de modo a atender a legislação atual. Os ativos estão distribuídos da seguinte forma:

Descrição	Posição em 31/12/2017	Aquisição	Baixa	Posição em 31/12/2018	
Imobilizado - bens de terceiros	563.042,29	29.933,41	(16.370,00)	576.605,70	
Bens móveis	563.042,29	29.933,41	(16.370,00)	576.605,70	
Equip processamento de dados	74.663,30	16.125,00	-	90.788,30	
Mobiliário em geral	445.673,00	9.461,00	(16.370,00)	438.764,00	
Maquinas utens e equip diversos	24.420,30	3.089,00	-	27.509,30	
Aparelhos e utensílios domésticos	9.831,29	1.258,41	-	11.089,70	
Maq. e equip de natureza industrial	759,90	-	-	759,90	
Equip p/ áudio vídeo e foto	7.694,50	-	-	7.694,50	
Total Imobilizado - Terceiros	563.042,29	29.933,41	(16.370,00)	576.605,70	
Descrição	Posição em 31/12/2018	Baixa	Ajuste de Vida Útil	Posição em 31/12/2019	Taxas anuais médias de Ajuste
Ajuste de Vida Útil Acumulada de Bens de Terceiros	(469.736,47)	195.129,56	(60.647,78)	(335.254,69)	%
Bens Móveis	(469.736,47)	195.129,56	(60.647,78)	(335.254,69)	
Equip processamento de dados	(63.501,44)	913,02	(6.174,86)	(68.763,28)	20,00
Mobiliário em geral	(390.226,38)	194.192,75	(49.190,85)	(245.224,48)	10,00
Maquinas utens e equip diversos	(7.360,90)	23,78	(2.609,18)	(9.946,30)	10,00
Aparelhos e utensílios domésticos	(2.194,39)	-	(1.121,47)	(3.315,86)	10,00
Maq. e equip de natureza industrial	(234,29)	-	(75,98)	(310,27)	10,00
Equip p/ áudio vídeo e foto	(6.219,07)	0,01	(1.475,44)	(7.694,50)	10,00
Total Ajuste de Vida Útil Acumulada	(469.736,47)	195.129,56	(60.647,78)	(335.254,69)	

3.8.1 - Ajuste Vida Útil Econômica - Bens Móveis: A instituição efetua o ajuste de vida útil dos bens de terceiros, de propriedade do contratante, através do método linear e utilizando as taxas anuais divulgadas em nota explicativa (3.8 Imobilizado), de modo a demonstrar o valor residual dos bens de terceiros. **3.9 - Fornecedores:** As obrigações com fornecedores nacionais são reconhecidas pelo seu custo de aquisição, de acordo com os valores praticados no mercado interno. São registrados pelo valor das notas fiscais ou faturas provenientes da compra de materiais e serviços adquiridos no curso normal das atividades. O prazo médio de pagamento é de aproximadamente 90 dias. **3.10 - Serviços de Terceiros:** Estas obrigações representam a contratação de serviços de terceiros, pessoa física e jurídica pela instituição, em sua grande parte, relacionados a contratos de prestação de serviços, tais como: limpeza e conservação, segurança e vigilância, portaria, manutenções, utilidade pública, assessoria técnica e jurídica etc. **3.11 - Salários a Pagar:** De acordo com o Art. 76 da CLT - Salário é a contraprestação mínima devida e paga diretamente pelo empregador a todo trabalhador, inclusive ao trabalhador rural, sem distinção de sexo, por dia normal de serviço. A instituição efetua o pagamento mensal das remunerações no quinto dia útil subsequente ao mês de competência. **3.12 - Contribuições a Recolher:** Representam os valores devidos sobre a folha de pagamento e relativos ao cumprimento de recolhimentos de INSS e FGTS, sendo reconhecidos obedecendo ao princípio da competência. Os mesmos são recolhidos mensalmente em suas respectivas data de vencimento, ou seja, INSS até o dia 20 e o FGTS até o dia 07 do mês subsequente, conforme legislação vigente, caso tais datas não sejam dias úteis, os pagamento são antecipados para o dia útil anterior à data limite. **3.13 - Provisões de Férias e Encargos:** Referem-se às Provisões de Férias e encargos, dos quais estes foram provisionados, com base nos direitos adquiridos pelos empregados até a data do balanço, determinados com base na remuneração mensal dos colaboradores e no número de dias de férias a que já tenha direito bem como os encargos sociais incidentes sobre os valores que foram objetos da provisão na data da elaboração das Demonstrações Financeiras, respeitado o Princípio da Competência e conforme informações fornecidas pelo setor responsável pelas mesmas. **3.14 - Impostos a Recolher:** Representam os valores devidos sobre a Folha de Pagamento e relativos ao cumprimento de recolhimentos de IRRF CLT e ISS, os mesmos são recolhidos mensalmente nas respectivas datas de vencimentos, conforme legislação vigente IRRF até o dia 20 e ISS até o dia 10 do mês subsequente (PMSF), conforme legislação vigente, caso tais datas não sejam dias úteis, os pagamento são antecipados para o dia útil anterior à data limite. **3.15 - Obrigações Tributárias:** A obrigação tributária de acordo com o §1º do art. 113 do CTN, é aquela que surge com a ocorrência do fato gerador, tem por objeto o pagamento de tributo ou penalidade pecuniária e extingue-se juntamente com o crédito dela decorrente. Constituem as obrigações de IRPJ, INSS, ISS, PIS/COFINS/CSLL e Outras Taxas Municipais, relativos aos valores relacionados aos prestadores de serviços de terceiros contratados pela unidade gerenciada, o saldo contabilizado em 2019 totalizou R\$ 21.140,71. **3.16 - Empréstimos Funcionários:** Conforme Lei 10.820 de 17/12/2003 são empréstimos consignados realizados por Instituições Financeiras a funcionários mediante anuência da Entidade, com pagamentos indiretos cujas parcelas são deduzidas diretamente da folha de pagamento. Em atendimento a legislação vigente a unidade gerenciada oferece a seus funcionários créditos consignados junto ao Banco Bradesco S.A. O saldo contabilizado em 31.12.2019 foi de R\$ 10.965,88.

3.17 - Outras contas a pagar: Os valores evidenciados em outras contas a pagar referem-se a outras obrigações que em um primeiro instante não se encaixam nas demais nomenclaturas do plano de contas da Instituição, ou ainda, aqueles valores não usuais a atividade principal da instituição. **3.18 - Convênios públicos a realizar (Circulante e não Circulante):** De acordo com a Resolução 1.305/10 (NBC TG 07 R1) Item 15A e Resolução 1.409/12 (ITG 2002-R1) Item 11 e 12, a SPDM passou a adotar a sistemática de contabilização dos valores mantidos em Convênios com o poder público, de forma a evidenciar os valores previstos a serem realizados, durante a execução do Convênio, na execução da atividade operacional. O saldo a realizar em curto prazo em 31.12.2019 representa R\$ 4.983.844,40. **3.19 - Outros Ativos e Passivos:** Correspondem a valores a receber e/ou a pagar, registrados pelo valor da realização e/ou exigibilidade na data do balanço, sendo que, na sua grande maioria, estes valores encontram-se acrescidos de encargos contratuais e juros. Os valores referentes a passivos com fornecedores encontram-se com valor histórico, com exceção feita a aqueles que resultam de demandas judiciais cujo valor encontra-se conforme decisão judicial.

4 - Origem e Aplicação dos Recursos: As receitas, inclusive as doações, subvenções, contribuições, bem como as despesas, são registradas pelo regime de competência. As receitas da Entidade são apuradas através dos comprovantes, contratos, avisos bancários, recibos e outros, como também suas despesas são apuradas através de Notas Fiscais e Recibos, em conformidade com as exigências legais-fiscais. **4.1 - Receitas Operacionais:** Os recursos públicos obtidos através Convênios são de uso restrito para custeio e/ou investimento das atividades operacionais. As receitas operacionais da instituição são aplicadas na atividade operacional e são reconhecidas pelo regime de competência, de acordo com a NBC TG 07 (R1) Item 12, onde a subvenção governamental deve ser reconhecida como receita ao longo do período e confrontada com as despesas que pretende compensar, sempre levando em consideração a Prevalência da Essência sobre a Forma, no reconhecimento dos Convênios. **4.1.1 - Rendimentos sobre Aplicação Financeira - Receitas Financeiras com Restrição:** Os recursos provenientes de convênios e contratos públicos, são eventualmente mantidos em conta de aplicação financeira, enquanto não utilizados para o custeio da unidade

Prof. Dr. Ronaldo Ramos Laranjeira - Diretor Presidente da SPDM
Dr. Luiz Fernando Haigag Djabraian - Diretor Técnico
Aline Fernanda dos Santos V. Custódio - Contadora - CRC 1SP 298.438/O-8

Relatório dos Auditores Independentes: Opinião sobre as Demonstrações Contábeis: Examinamos as Demonstrações Contábeis da SPDM - Associação Paulista para o Desenvolvimento da Medicina Centro Especializado da Assistência Farmacêutica - CEAF Vila Mariana que compreendem o Balanço Patrimonial, em 31 de dezembro de 2019, e as respectivas Demonstrações do Resultado do Período, das Mutações do Patrimônio Líquido e dos Fluxos de Caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes Notas Explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição Patrimonial e Financeira da entidade, em 31 de dezembro de 2019, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião sobre as Demonstrações Contábeis:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Outros assuntos: Demonstração do valor adicionado:** Examinamos também, a demonstração do valor adicionado (DVA), referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019, como informação suplementar pelas IFRS que não requer a apresentação da DVA. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, está adequadamente apresentada, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações contábeis, tomadas em conjunto. **Responsabilidades da administração pelas demonstrações contábeis:** A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela administração da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de

gerenciada. Os rendimentos sobre aplicações financeiras são reconhecidos como Receitas Financeiras no Resultado da Entidade, e transferidos para a conta de Passivo denominada "Convênios/Contratos Públicos a Realizar", em conformidade com o Item 29 da NBC TG 07 (R2) Subvenção e Assistência Operacional. Em 2019 tais valores representam o montante de R\$ 21.019,95. **4.2 - Custos e Despesas Operacionais:** Os custos operacionais estão relacionados aos valores referentes aos setores produtivos da unidade gerenciada e foram segregados, classificados de acordo com a estrutura e parametrização do sistema da SPDM. As despesas operacionais por sua vez estão relacionadas aos valores referentes aos setores administrativos e de apoio à instituição e foram segregadas, classificadas de acordo com a estrutura e parametrização do sistema da SPDM. **4.3 - Auxílios, Subvenções e ou Convênios Públicos:** São recursos financeiros provenientes de convênios firmados com órgãos governamentais, e que tem como objetivo principal operacionalizar projetos e atividades pré-determinadas. Periodicamente, conforme contrato, a unidade gerenciada presta conta de todo o fluxo financeiro e operacional aos órgãos competentes, ficando também toda documentação a disposição para qualquer fiscalização. Os convênios firmados estão de acordo com o Estatuto Social da Entidade e as despesas de acordo com suas finalidades. A unidade gerenciada realiza a contabilização de todos seus convênios atendendo à Resolução CFC Nº 1.305/10 na qual uma Assistência Governamental deve ser reconhecida como receita ao longo do período e confrontada com as despesas que pretende compensar, em base sistemática, desde que atendidas às condições da Norma. Nenhuma Assistência Governamental pode ser creditada diretamente no patrimônio líquido. Enquanto não atendidos os requisitos para reconhecimento da receita na demonstração do resultado, a contrapartida da Assistência Governamental registrada no ativo é feita em conta específica do passivo. No exercício de 2019, a unidade gerenciada recebeu através da Secretaria da Saúde do Estado de São Paulo Assistências Governamentais conforme quadro abaixo:

8 - Relatório de Execução

Linha de Contratação Medicamentos Distribuídos - Total Atendimentos - Total

Triagem
Guichê / Presencial

(*) Observação: a meta proposta da linha de contratação da Farmácia, trata-se de estimativa de atendimento, que pode sofrer incremento ou decremento, haja vista a característica dos serviços da Unidade de Farmácia, que permite a demanda espontânea de pacientes.

Relatório de Execução Orçamentária - Exercício 2019

Receitas	Custeio	Investimento
Repasses do Contrato / Convênio	R\$ 6.633.452,76	-
Receitas Financeiras e Outras Receitas	R\$ 21.351,73	-
Total das Receitas	R\$ 6.654.804,49	-
Despesas	Custeio	Investimento
Despesas com Pessoal	R\$ 4.631.115,88	-
Despesas com Materiais, Serviços e Outras Despesas	R\$ 3.200.025,67	-
Total das Despesas	R\$ 7.831.141,55	-

9 - Contribuições Sociais: Por atender aos requisitos estabelecidos no artigo 29 da Lei 12.101 de 27/11/2009, alterada pela Lei 12.868/13, regulamentada pelo Decreto 8.242/14 e a Portaria 834 de 27/04/2016 do Ministro da Saúde, a Instituição teve o seu Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social na área da Saúde (CEBAS-Saúde), deferido conforme Portaria SAS/MS nº 1.893, de 05 de Dezembro de 2016, publicada no Diário Oficial da União em 08/12/2016, com validade de 01/01/2015 à 31/12/2017, fazendo jus ao direito de usufruir da isenção do pagamento da Cota Patronal das Contribuições Sociais e isenção da COFINS (Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social), que também é uma contribuição social, de natureza tributária, incidente sobre a receita bruta das empresas em geral, destinada a financiar a seguridade social. Em 05 de Janeiro de 2018, a Entidade protocolou, tempestivamente, junto ao Ministério da Saúde, o seu requerimento de renovação, conforme processo SIPAR nº 25000.003623/2018-01, o qual aguarda deferimento pelo Ministério. Os montantes das isenções e as contribuições usufruídas durante o exercício de 2019 se encontram registrados em conta específica de receita e totalizou R\$ 1.228.918,24. Em face de Entidade ter como área de atuação preponderante a da Saúde, tem obrigatoriedade de cumprir o estabelecido na portaria 834 de 26/04/2016, a qual dispõe sobre o processo de Certificação das Entidades Beneficentes de Assistência Social na área da Saúde (CEBAS-SAÚDE) e traz em seu artigo 30 que na análise das demonstrações contábeis serão observadas prioritariamente: Demonstração do Resultado (DRE) o valor do benefício fiscal usufruído (inciso II alínea "d") e em Notas Explicativas o valor dos benefícios fiscais usufruídos (inciso III alínea "c"). Desta forma, para continuar cumprindo o estabelecido em portaria, a Entidade continua reconhecendo na DRE os valores usufruídos. As isenções e contribuições sociais usufruídas são referentes à COFINS, PIS sobre Folha de Pagamentos, INSS Patronal sobre a folha de pagamentos sobre serviços próprios e de Terceiros PF. **9.1 - Isenção da Contribuição Previdenciária Patronal sobre a folha de pagamento de empregados:** Conforme descrito no item 9, face à sua condição de Entidade Filantrópica garantida nos termos da Lei 12.101/2009, a Entidade usufruiu no exercício de 2019, da Isenção da Contribuição Previdenciária Patronal sobre a folha de pagamento de empregados a qual se encontra registrada em

Convênios Vigentes em 2019

Numero do Convênio	Vigência	Valor Recebido em 2019
778/2016	30/12/2016 à 31/12/2019	R\$ 6.633.452,76
Total dos Convênios (Recebido)		R\$ 6.633.452,76

5 - Patrimônio Líquido: A SPDM procedeu a ajustes necessários para se adequar ao que estabelecem as Resoluções 1305/10 e 1409/12, no que se refere ao reconhecimento dos recursos com restrição originários de contratos de gestão, convênios públicos e outros tipos de Assistência Governamental. O patrimônio líquido atualmente não apresenta valores, em virtude de aplicação do que estabelece as Resoluções CFC 1409/12 (Item 11) e CFC 1305/10 (Item 12 e 15A), que enquanto não atendido os requisitos para reconhecimento no resultado, a contrapartida da Assistência Governamental de Contribuição para Custeio e Investimento deve ser em conta específica do Passivo, de forma que o resultado será sempre "zero". Em virtude da aplicação das normas acima relacionadas, a Entidade optou em não divulgar a DMPL - Demonstração da Mutações do Patrimônio Líquido, pois não houve movimentação no Patrimônio Líquido nos períodos de 2018 e 2019 respectivamente. **6 - Resultado Operacional:** Em face à adoção da Norma Brasileira de Contabilidade NBC TG R1 - Subvenção e Assistência Governamentais, a subvenção governamental deve ser reconhecida como receita ao longo do período e confrontada com as despesas que pretende compensar, em base sistemática, desde que atendidas as condições desta norma (Item 12). Portanto, a apuração do resultado do exercício reconhecido em conta específica do Patrimônio Líquido representa "zero". A apuração do resultado, se não aplicada a norma, seria composto de Receitas obtidas através dos contratos e convênios públicos na ordem de R\$ 6.633.452,76; acrescidos de Outras Receitas no valor de R\$ 21.351,73; e deduzidas das Despesas e Custos Operacionais na ordem de (R\$ 7.831.141,55); encerrando o exercício com um resultado deficitário no valor de (R\$ 1.176.337,06). **6.1 - Ênfase ao Resultado:** O desequilíbrio financeiro da Unidade Gerenciada ocorreu em virtude da ausência e inconstância dos repasses da parte da Secretaria de Estado da Saúde (SES), fato agravado pela retenção de 5% dos valores mensalmente repassados. Esse desequilíbrio também está associado ao aumento da demanda de atendimentos, custos e despesas além dos reajustes inflacionários para coberturas de dissídios e contratos com fornecedores. **7 - Das Disposições da Lei 12.101 e Portaria 834/16 MS:** Por ser Entidade Filantrópica da área da saúde, a SPDM, em conformidade ao estabelecido no inciso II do artigo 4º da Lei 12.101 de 27 de Novembro de 2009, alterada pela Lei 12.868/13 regulamentada pelo Decreto nº 8.242/14, tem por obrigação ofertar à população carente sem distinção de etnia, sexo, credo ou religião, a prestação de todos os seus serviços aos clientes do SUS no percentual mínimo de sessenta por cento, e comprovar, anualmente, a prestação dos serviços de que trata o inciso II, com base no somatório das internações realizadas e dos atendimentos ambulatoriais prestados. De acordo com o Art. 36 da mesma portaria, a entidade que tenha sob sua gestão outras entidades poderá incorporar nos seus serviços o limite de 10% dos serviços prestados ao SUS pelos estabelecimentos a ela vinculados. Em 2019 o CEAF - Vila Mariana, apresentou a seguinte produção:

Tipo de Atendimento	Total
Medicamentos Distribuídos	24.927.148
Pacientes Atendidos em Farmácia de Alto Custo Total	416.691
Pacientes - Atendimentos Triagem	136.997
Pacientes - Atendimentos Guichê / Presencial Alto Custo	279.694

Relatório de Execução do Convênio - 2019					
1º Semestre	Resultado Alcançado	2º Semestre	Resultado Alcançado	Total 2018	
Meta Proposta	11.860.769	Meta Proposta	13.066.379	Meta Alcançado	24.927.148
Atendimentos	203.220	Atendimentos	213.471	Atendimentos	416.691
	67.897		69.100		136.997
	135.323		144.371		279.694

conta específica e monta em R\$ 977.760,26. Em 2018, a referida isenção, que também se encontra registrada em conta específica de receita, totalizou o valor de R\$ 861.233,45. **9.1 - Isenção da Contribuição Previdenciária Patronal sobre a folha de pagamento de Serviços de Terceiros:** A isenção da Contribuição Previdenciária Patronal incide também sobre a folha de pagamento por Serviços de Terceiros Pessoa Física. Tal isenção se encontra registrada em conta específica de receitas, sendo que no exercício de 2019 atingiu um montante de R\$ 0,00. Em 2018 o referido valor de receita totalizou R\$ 960,00. **9.3 - Isenção da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS):** A isenção da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS) está baseada na condição filantrópica da Entidade. Conforme classificação em conta específica o montante no exercício 2019 foi de R\$ 234.924,28. Tomando-se por base os recursos recebidos em 2018, esse montante foi de R\$ 203.840,02. **9.4 - PIS Folpag:** Em virtude do Acórdão Publicado em 03.07.2019 pelo Desembargador Marcelo Mesquita Saraiva, nos Embargos de Declaração em Apelação/ Remessa Necessária nº 0027951-41.2004.4.03.6100/SP - 2004.61.00.027951-7/SP, a SPDM - Associação Paulista para o Desenvolvimento da Medicina garantiu o direito a manutenção da imunidade ao PIS sobre a folha de pagamento, cabendo a restituição de valores recolhidos em anos anteriores, devidamente corrigidos pela taxa Selic, como prevê o acórdão abaixo. A unidade estima recuperar o montante de R\$ 116.942,03 pagos no período de 2016 a 2019 mediante apresentação dos respectivos comprovantes em processo judicial a ser movido no primeiro semestre de 2020. **9.5 - Trabalho Voluntário:** Em 02/09/2015 o Conselho Federal de Contabilidade publicou a revisão da Interpretação Técnica Geral (ITG) 2002 - Entidade sem finalidade de lucros, norma que regulamenta a contabilidade das entidades do Terceiro Setor. Dentre as alterações realizadas na ITG 2002 encontra-se a que estabelece que o trabalho dos integrantes da administração das entidades deve ser incluído como trabalho voluntário. Desta forma, conforme item 19, a Entidade reconhece pelo valor justo a prestação do serviço não remunerado do voluntariado, que é composto essencialmente por pessoas que dedicam o seu tempo e talento uma importante participação em várias ações realizadas pela Entidade. A instituição possui apenas um tipo de trabalho voluntário, sendo o trabalho dos dirigentes estatutários. Para o cálculo da remuneração que seria devida, a Entidade toma por base o número de Conselhos, o de Conselheiros e o tempo dedicado à atividade por cada um. Tomando como base o valor médio da hora multiplicado pelo número de horas chegado ao montante devido no mês, o qual foi dividido de maneira simples pelo número de unidades ativas no período. Em 2019, o trabalho voluntário estatutário representou R\$ 2.154,93; em 2018 estes valores apurados foram de R\$ 2.249,89. **10 - Seguros:** Para atender medidas preventivas adotadas permanentemente, a Entidade efetua contratação de seguros em valor considerado suficiente para cobertura de eventuais sinistros, e assim atendendo principalmente o Princípio de Contábil de Continuidade. **11 - Exercício Social:** Conforme estabelece o Art. 41 do Estatuto Social da Instituição, o exercício social coincide com o ano civil, iniciando-se em 1º de janeiro e encerrando-se em 31 de dezembro de cada ano. São Paulo, 31 de Dezembro de 2019.

que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estejam livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamos-nos com os responsáveis pela administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. São Paulo - SP, 27 de março de 2020. **Audisa Auditores Associados** - CRC/SP 2SP 024298/O-3; **Ivan Roberto dos Santos Pinto Junior** - Contador - CRC/RS 058.252/O-1 - CVM: Ato Declaratório nº 7710/04.